



Ofício nº 2557/2018/PREVIC

Brasília, 10 de setembro de 2018.



Ao Senhor

**Antonio Esmael Alves de Mira**

Presidente

Câmara Municipal de Ibitinga

Avenida Dr. Victor Maida, 563 - Centro

14940-000 - Ibitinga - SP

Assunto: **Ofício nº 1273/2018, de 20/08/2018, referente à Moção de Apoio nº 378/2018**

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, reportamos ao Ofício nº 1273/2018, de 20/08/2018, encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, contendo a Moção de Apoio nº 378/2018, para informar que a Previc jamais descurou de seu dever de fiscalizar o Postalís nos termos das Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29/05/2001.
2. O Postalís foi objeto de inúmeras fiscalizações que, somente nos últimos seis anos, lavraram 45 autos de infração por descumprimento de normas.
3. A intervenção decretada por intermédio da Portaria nº 955, de 03/10/2017, foi determinada pela Diretoria Colegiada da Previc tendo em vista uma série de irregularidades apontadas nos procedimentos de avaliação e precificação de ativos e, conseqüentemente, em seus registros contábeis, além de inúmeros fatos que denotavam graves divergências entre os órgãos estatutários que estavam impactando diretamente a gestão da entidade.
4. Para equacionamento do déficit existente no plano de benefícios, e levando em consideração que o Correios é uma empresa pública, deve ser observado o que estabelece o artigo 6º da Lei Complementar nº 108, de 2001, que dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedade de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar.
5. Independentemente da origem do déficit, o plano de custeio do plano de benefícios deverá ser estabelecido mediante aumento paritário de contribuições, em consonância com o que estabelece a Lei Complementar nº 108, de 2001.
6. Por fim, é necessário ressaltar que a intervenção tem estudado alternativas para minimizar ao máximo qualquer impacto aos participantes da entidade.

7. Sendo o que tínhamos para o momento, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

[Assinado digitalmente]

**Dagomar Alécio Anhô**

**Coordenador-Geral de Regimes Especiais**



Documento assinado eletronicamente por **DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ, Coordenador(a)-Geral de Regimes Especiais**, em 10/09/2018, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.prec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.prec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0151290** e o código CRC **33E4C274**.

Referência: Se responder este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 44011.005261/2018-08

SEI nº 0151290

**Previdência Complementar, desde 1977 protegendo o futuro de seus participantes.**

Ed. Venâncio 3000 - SCN Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, 3º Andar - Brasília/DF

(61) 2021-2000

[www.prec.gov.br](http://www.prec.gov.br)